ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL

ANA M. S. BETTENCOURT\textsuperscript{1} e MARIA DE JESUS SANCHES\textsuperscript{2}

1. A IDADE DO BRONZE NO NORTE DE PORTUGAL: O «DISCURSO DE RECORRÊNCIA»

Com este texto não pretendemos desenvolver uma síntese global sobre a Idade do Bronze, no vasto e ecologicamente diversificado território que é o Norte de Portugal. Geograficamente compartimentado e ainda mal conhecido na maioria das suas micro-regiões, esta síntese seria inexoravelmente tão reducionista como os «habituals» processos generalizadores que buscam regularidades dentro de uma perspectiva processualista. Correríamos ainda o risco de apresentar um trabalho onde repetiríamos, talvez com pequenas nuances, as mesmas linhas interpretativas que se têm defendido nos últimos anos sobre a Pré-História recente do Norte de Portugal.

Este nosso trabalho deverá pois ser encarado como um questionamento ou desconstrução do(s) discurso(s) adquirido(is) e dos pressupostos que lhe estão subjacentes - tanto nas várias sínteses realizadas sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, como naquelas que, englobando o Noroeste peninsular, incluem naturalmente esta região na procura de novas vias de abordagem.

Ultrapassado o paradigma histórico-culturalista, a produção científica que abarca a Pré-História recente do Norte de Portugal a partir da segunda metade dos anos 80, inscreve-se genericamente numa etapa que designamo-nos por «antropológica» e que se relaciona directamente com a difusão na Península dos paradigmas interpretativos da Nova Arqueologia americana e da Arqueologia processual anglo-saxónica.

Nestas correntes arqueológicas, a cultura é vista como um sistema adaptativo em interação com o ambiente; as mudanças resultam de mecanismos internos e as diferenças artfuctuals são olhadas como reflexo de diversidades funcionais ou outras, e não como indicadores cronológicos. A assunção optimista de que da totalidade do registo arqueológico e da formulação de modelos é possível inferir aspectos sobre a organização social, económica, ideológica e ritual das comunidades começa a notar-se na arqueologia do Noroeste.

Estas influências teóricas vão ter repercussões metodológicas importantes: desenvolvem-se projectos regionais que visam estudar a evolução do povoamento e dos

\textsuperscript{1} Unidade de Arqueologia, Universidade do Minho, Av. Central, 39 - 4710 Braga - Portugal. Email: AnaBett@uaum.uminho.pt

\textsuperscript{2} Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panormica, 4/n, 4150 Porto - Portugal. Email: M.Sanches@estetica.pt. A nossa colaboração incidiu essencialmente sobre as temas relacionados com o povoamento dos inícios da Idade do Bronze e com a arte rústica.
aspectos socio-económicos da Pré-História do Noroeste; aplicam-se novas metodologias nos trabalhos de campo (arqueologia espacial, escavações em área, contextualização dos achados, crivagem dos sedimentos, extração de amostras para diferentes tipos de análise, etc.); promove-se, ainda que de forma embrionária, o diálogo interdisciplinar com a Arqueologia, a Arqueoessologia, a Palinologia, a Física, entre outras.


A abordagem crítica sobre as sínteses enunciadas será apresentada de seguida. Por ora, destacaremos, pela sua relevância, os artigos de S. Jorge de 1991, 1996 e de M. Martins 1994. Tratam-se de textos onde está explicita uma abordagem teórica. S. Jorge, no primeiro, admite a natureza relativa dos dados arqueológicos, só passíveis de descodificação através de um «aparelho teórico», preconizando a elaboração de projectos de investigação cujo objectivo seria a compreensão global das comunidades «complexas», através da interação entre a totalidade dos dados e da adopção de modelos hipotéticos-dedutivos apriorísticos. Revela, assim, uma abordagem consciente dos pressupostos da Arqueologia Antropológica, com o mérito de se afastar das expressões mais ortodoxas desse paradigma: a da possibilidade de criar leis preditivas do comportamento humano e da adopção do determinismo ecológico e demográfico como factor explicativo dos fenómenos de mudança. No segundo, denota já uma forte crítica em relação aquele paradigma, ao discutir a noção de complexidade e o valor heurístico de certas combinações como indicadoras de diferentes níveis de complexidade social: a monumentalidade; a organização dos espaços funerários, rituais e domésticos; a quantidade e/ou variedade de artefactos tidos como socialmente distintos; a intensificação e especialização económica; a inovação e desenvolvimento tecnológico, patente nos artefactos, etc. Assinala também a dificuldade existente em quantificar os indicadores arqueológicos de intensificação, hierarquização e integração, pelo facto de poderem estar associados a diversas configurações. Continua acentuando a dificuldade em correlacionar a complexidade com a visibilidade. Assim, a visibilidade ou capacidade do registo arqueológico decorrerá da estrutura organizacional das sociedades, pelo que a procurar de níveis de complexidade exige, não adição de um certo e conhecido número de variáveis, mas antes, a permanente articulação, a diversas escalas, e diferentes âmbitos de análise, de toda a documentação conhecida, tendo como quadrado de referência uma ampla série de situações fornecidas pela Antropologia (ibidem: 193 - 194). Em 1994, M. Martins, num texto sobre continuidade e mudança no 1 milénio a.C. problematiza estes conceitos operatórios, considerando-os como produto do evolucionismo, embora necessários para ultrapassar a etapa narrativa da Arqueologia. Adota já uma postura relativista em relação ao conhecimento.

As várias sínteses: abordagem crítica

Bronze Inicial

É a S. Jorge (1988c e 1990) que se deve a primeira síntese sobre o Bronze Inicial. Trata-se de um texto não apenas de carácter arqueográfico e descritivo, pois ensaiou uma abordagem antropológica em termos socio-económicos e simbólicos na reinterpretação dos dados existentes. Pela primeira vez, são associadas a este período (1800/1700 a 1500 a.C.), contextos habitacionais e sepulcrais com características tradicionais, expressões

---

5 Em particular no que se refere a estudos de radiocarbono.
6 Trabalho de facto finalizado em 1987 no âmbito da sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, embora publicado em 1990.
7 Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford, polichopiá.
8 Dissertação de mestrado não publicada, apresentada à Universidade do Porto.
9 Dissertação de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Minho.

---

1 Já em 1993/1994, a autora publica um importante texto onde apresenta as diferentes perspetivas com que foi interpretada a denominada «Cultura Castreja», discutindo os conceitos processuais de complexidade, mudança e evolução, propondo leituras do registo arqueológico que passam por novas concepções de tempo, espaço e cultura e pela «revalorização das continuidades e mudanças». 
artísticas, «depósitos», artefactos cerâmicos e metálicos em bronze, ouro e prata. Conjugando todos estes documentos, a autora defende a emergência, nalgumas comunidades, de uma organização social de tipo «chefado», com elites masculinizadas. Esta estaria relacionada com mecanismos de interação social de longo curso, com outras sociedades de complexidade semelhante, nomeadamente de âmbito atlântico e meseteno, numa aplicação do modelo de «peer polity interaction», subscrito por Renfrew (1982, 1986). Esta organização social poderia explicar o aparecimento de novos rituais e de formas de tumulação contendo itens de prestígio, a representação de armas nas gravuras rupestres, bem como os «depósitos», indicadores e legitimadores de poder. Para a autora apesar da existência de itens de prestígio em diferentes regiões não devemos da inferir uniformidade em termos regionais (1990: 213, 220-225). A diversidade patente, por exemplo, na variedade tumular e nos seus espólios decorreria da existência de «comunidades em diferentes estádios evolutivos», o que não contradiz outra ideia, também marcante neste texto, a de que, a prazo, as interações suprarregionais entre elas iriam aglutinar «na mesma teia de interdependências».

Este trabalho, a êm dos méritos já apontados no parágrafo inicial representa a fuga a explicações generalistas tão caras à arqueologia processual.

Em 1996, S. Jorge, sem pôr em causa os pressupostos anteriores, defende que na fachada atlântica oceânica do Península Ibérica, a aparente uniformidade conferida por artefactos metálicos ou outras manifestações, seria reflexo da existência de grupos sociais «abertos», menos competitivos, onde a produção, a transformação e o intercâmbio de metais se efectuaria numa rede menos «apertada» de transações suprarregionais, o que teria promovido uma diversificada utilização social dos artefactos metálicos, ao contrário das sociedades do Sudete (ibidem: 200-201). Defende ainda a existência de vestígios de povoamento sedentário, como a estação murada de tradição Calcolítica de Castelo Velho, Via Nova de Foz Côa e o povoado aberto da Bouça do Frade (1ª fase), Baixo, onde a autora identificou «aumento da produção agro-pastoril».


A. C. Silva et al (1993) acentuam o poliformalismo do fenómeno sepulcral que supõe estar ligado a diferentes tradições culturais. Refere a grande dininuição de povoados em relação ao Calcolítico, que explica por um decréscimo demográfico, possivelmente relacionado com a deterioração das condições climáticas, com acções antrópicas sobre o meio ou com problemas sociais. A partir das inovações materiais e dos túmulos com espólio rico e exótico, reconhece que este é um período de assimetrias no seio do qual terão, eventualmente, surgido sociedades em processo de maior diversificação e hierarquização social. Apesar do pesado substrato cultural da época anterior, seria nestas comunidades que se teriam originado as primeiras elites, associadas à exploração e circulação de recursos minerais e ligadas a influências mediterrânicas e atlânticas.

Em texto mais recente R. Fábregas Valcarce (1995) assume uma posição mais moderada em termos sociais. Relaciona este período (c. de 2300/2200 - 1600)c com uma diversidade tumular em termos arquitectónicos, rituais e de espólio, que explica, quer pela diferenciação social do defunto, quer pela diversidade de «...tradições e estratégias de reprodução social em las distintas comunidades» (ibidem: 107). Defende, no entanto, que a desigualdade social é inconstante, embora existente num quadro de actividades masculinas, materializado pela presença de artefactos metálicos nos túmulos e nas gravuras rupestres, localizadas em áreas de grande domínio visual.

**Bronze Médio**

Cabe a M. Martins (1990: 199-201) a primeira síntese sobre este período, elaborada dentro dos parâmetros da arqueologia social. Apesar da escassez de dados, a autora baseia-se na descontinuidade entre os povoados que atribui ao Calcolítico Final/Bronze Inicial e os do Bronze Final, para colocar a hipótese de que durante este período teriam existido comunidades que viveriam em pequenos povoados pouco perceptíveis na paisagem e com grande mobilidade relacionada com uma economia de auto-consumo, de carácter misto. A partir destas comunidades, teriam surgido outras, acusando maior complexidade económica e social, marcadas pela presença da metalurgia do bronze e de itens exóticos. Afastando-se das fastidiosas descrições artefactuais para tentar uma interpretação de ordem socio-económica, esta autora assinala assim um momento de viragem na interpretação da documentação arqueológica deste período.

Se a M. Martins coube o mérito do primeiro corte epistemológico com o modo tradicional de apreender o registo arqueológico do Bronze Médio, é a S. Jorge (1988c:

---

 Este autor utiliza datas de calendário.

que, a partir dos meados do II milênio AC até ao Bronze Final, devido a modificações ideológicas, se teria procedido à deslocação dos rituais funerários para meios fluviais, o que explicaria o aparecimento de objectos metálicos nesse contexto (FABREGAS et al. 1995:160). De qualquer modo reconhece-se que a existência de áreas em meios aquáticos poderá derivar de outras motivações, como a valorização «comercial» e política dos rios como vias estratégicas de penetração e circulação (FABREGAS 1995:113-114).


O Bronze Final

Uma maior particularização das opiniões de M. Martins (1590=1987) e S. Jorge (1988c: 95-105, 1990: 231, 244-251) impõe-se por terem sido as primeiras que assumiram uma mudança de perspectiva cognitiva na interpretação dos dados relativos à região Norte e pela influência que vão ter em trabalhos posteriores.

M. Martins (1990; 1987), em relação à organização socio-económica, defende a existência de diferentes unidades socio-políticas, hierarquizadas entre si, mas ligadas por fenómenos de interdependência, resultantes da inclusão do Norte de Portugal no intercâmbio supra-regional de artefactos metálicos ou minérios, com outras comunidades atlânticas. Algumas zonas teriam emergido chefes, representantes de um poder centralizado, cujo prestígio se valorizaria através de artefactos exóticos e de jóias. Estes chefes estariam ligados ao controlo da circulação de matérias-primas e de objectos metálicos. Ao analisar a distribuição de artefactos de ouro, a autora conclui que estes se acumulam nas bacias do Ave e Tâmega, o que poderia estar relacionado com a existência, nesses locais, de comunidades socio-económicas mais complexas e centralizadas, controladoras da exploração, fabricação ou circulação de recursos minérios a nível inter e supra-regional. Os diferentes padrões de povoamento registados neste período, onde se incluiriam povoados fortificados e/ou abertos, preceem associar-se a distintas tradições materiais e econômicas, podendo relacionar-se com as assimetrias de desenvolvimento das diferentes unidades socio-políticas. M. Martins considera que nos povoados fortificados — cujo fenómeno se generalizaria nos inícios do I milênio a.C. (ibidem: 202) — ou naqueles que dispunham de condições naturais de defesa, localizados em posição de controlo das grandes vias de circulação, ter-se-iam estabelecido comunidades responsáveis por actividades metalúrgicas importantes, enquanto os povoados abertos continuariam a estar vocacionados para a actividade agrícola. Esta hipótese assenta no facto de ser impróprio que todas as comunidades do Noroeste fossem influenciadas pelo intercâmbio da metalurgia do bronze, ou, pelo menos, tocadas com a mesma intensidade. Com este trabalho chama-se a atenção, pela primeira
vez, para as assimetrias de desenvolvimento no Bronze Final: para a emergência dos povoados fortificados na Idade do Bronze e para o facto destes não resultarem de fenómenos migracionistas ou de comunidades em estado de guerra endémico. A autora, afastando-se das teses difusionalistas que proliferavam para este período, explica este fenómeno através de mecanismos endógenos, ocorridos nos finais da Idade do Bronze. Aquelas mecanismos relacionar-se-iam com o aumento da instabilidade provocada pelo «conflito» entre algumas comunidades que exerciam o controlo da exploração das jazidas mineiras, dos corredores de circulação do metal ou dos produtos acabados, e outras comunidades mais interessadas na manutenção e posse da terra. Os povoados fortificados seriam, assim, reflexo do conflito pelo controlo político e territorial por parte de comunidades mais desenvolvidas e inseridas em mecanismos de intercâmbio do abranger territorial.


Na primeira etapa integra vários acontecimentos que enumeramos: o momento da emergência, ou incremento das condições que levarão à instabilidade social da fase seguinte; um incremento, ainda que incipiente, da manufactura e circulação de espólio metálico em bronze e ouro, este último do tipo «Villena-Extremoz»; uma influência foranea de origem mesetenha e mediterrânica tênume; uma intensificação económica baseada na especialização agro-pastoril, capaz de abastecer de forma auto-suficiente a comunidade; um povoamento ainda disperso e sem características de defesa na paisagem. Contudo, não exclui a possibilidade de uma «organização habitacional quicli hierarquizada» em alguns locais, nos finais desta etapa, e uma fracas competição social, onde as novas elites estariam ligadas ao controlo da terra, das vias de circulação e do intercâmbio do metal, bem como à produção dos bens de subsistência.

A segunda etapa, de maior instabilidade social, é caracterizada por um incremento, em número e diversidade, da produção e circulação de objectos em bronze e ouro, de grande influência mediterrânica. Surge uma nova estratégia de povoamento no seio da qual emergem os primeiros povoados alcatelhados com defesas naturais ou artificiais, relacionados com a complexificação dos contactos supra-regionais à escala europeia. O Norte ter-se-ia integrado nos circuitos atlânticos, mas com um forte incremento mediterrânico, através dos quais poderão ter entrado rituais e usos e da Europa Central. Estes povoados seriam contudo, síncronicos de outros abertos, de tradição anterior. Estas alterações são vistas como representativas de hipóteses de sistemas hierarquizados de povoamento, no seio dos quais se desenvolveriam povoados com funções diversificadas entre si e onde os fortificados, ou somente localizados em topografias dominantes (povoados de altura), seriam eventuais «hábitats centrais» controladores da manufactura e circulação metálica, dos bens de subsistência e da sua redistribuição, assim como do intercâmbio a distância. Correspondem a prováveis «unidades sociopolíticas» regionais ou a «centros de poder pré-estatal», cujos chefes personificariam uma liderança, fortemente individualizada, por vezes de carácter teocrático.

As assimetrias de poder entre diversas unidades sociopolíticas e a instabilidade social generalizada, explicável pela necessidade de conquista de mercados receptores da produção metalúrgica (anterior à chegada dos fenícios), explicaria, neste período terminal, o fenómeno da fortificação (Jorge 1990). A fortificação de povoados relacionar-se-ia, em última instância, com um fenómeno abrangente de territorialização, ou seja, da materialização de sistemas de ocupação e percepção do território, totalmente novos (Jorge 1996).

A existência de uma assimetria hierárquica social, poderia reflectir-se também nas estruturas-menores, vistas aqui como símbolos do poder, entidades divinas ou divinizadas, ou como representações de chefes glorificados (Jorge 1990: 248).

A autora termina elaborando um quadro de questões referentes: à procura de especificidades regionais; à compreensão dos processos desempenhados por essas áreas no âmbito das relações supra-regionais; ao modo como se teriam processado a entrada de diferentes influências no Norte de Portugal e à forma como cada comunidade assimilou as novidades.

Salienta ainda que a pretensa unidade material, transmitida pela grande circulação de íntimos de valor oriundos de outros contextos ideológicos, esconde as especificidades de diferentes comunidades (Jorge 1988c; 1990), e em particular dos sistemas sociais e cognitivos que os integram (Jorge 1996). Estas especificidades só poderiam ser clarificadas através de trabalhos de investigação de âmbito regional, relativos à definição dos sistemas de povoamento, das formas de necropoliização, das estruturas económicas ou sociais, bem como dos «padrões de vida» de cada área (Jorge 1988c e 1990).

Numa tónica algo distinta surgiram os trabalhos de M. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1995) e R. Fábregas Valcarce & M. Ruíz-Gálvez Priego (1994) que admitem também diferentes padrões de povoamento no Bronze Final. Para eles os povoados abertos seriam representativos de um modo de vida não sedentário, associado a uma economia itinerante e os povoados de altura, sedentários, com artefactos metálicos (armas, adornos e utensílios) relacionar-se-iam com determinados usos no vestuário assim como com rituais comunitários variáveis, que seguiriam os padrões comuns da Europa occidental. A existência desses usos, explicar-se-ia por factores multicausais, como a intensificação e estabilidade agrária em bens solos agrícolas; um maior controlo dos recursos estanhíferos e das grandes vias de circulação do intercâmbio supra-regional.

A sedentarização estaria ligada a uma economia agro-pastoril complexa, pautada por uma agricultura rotativa de cereais e leguminosas, por uma nova visão do espaço, com apropiação e parcelamento de terras, introdução de novas plantas (favae) e de estímulos externos.

A partir dos trabalhos de M. Martins, S. Jorge e os de 1990 e 1991 de M. Ruíz-Gálvez Priego, que representam um corte epistemológico com a tradição histórico-culturalista, as obras futuras pautar-se-ão, de um modo geral, por serem pouco inovadoras. Caem no que designámos por «discurso de recorrência» repetindo sistematicamente algumas hipóteses já elaboradas, apenas com pequenas nuances.

Explica esta dicotomia de povoamento (mesmo em locais onde ambos os tipos se manifestam), ocorrendo-se de três hipóteses. Numa defende que, apesar de serem contemporâneos, cada sistema de assentamento dedicar-se-ia à exploração de recursos diferenciados, o que permitiria uma coexistência pacífica, numa tônica distinta das interpretações de S. Jorge (1988 e 1990). Noutra, os dois tipos de povoados seriam manifestação de uma hierarquia de povoamento onde se inscreveriam habitats de vocação diferenciada (no seguimento daquela autora). Numa terceira, que considera mais aceitável, os povoados abertos seriam manifestação de actividades específicas e sazonais, praticadas por populações dos povoados alcançados. O povoamento seria denso e disperso, o que para o autor traduziria um aumento populacional expressivo.

Caracteriza o sistema económico deste período, por uma produção excedentária, uma especialização de alguns produtos manufacturados e um sistema redistributivo (ibidem: 90). Em relação à organização social admite hierarquização vertical com a figura de um chefe controlador das actividades produtivas e sua redistribuição, coordenador dos intercâmbios supra-regionais e das obras de carácter público, de que seriam exemplo as estruturas defensivas. Admite também a existência de artífices especializados, parcial ou exclusivamente ausentes da produção de alimentos. Em suma, trata-se de comunidades com «crescente complexificação social» e centralização do poder, nas quais este se expressaria através de alguns símbolos (estátuas-menires, armas, adornos), segundo o modelo de S. Jorge. Quanto a nós o aspecto mais relevante deste trabalho é o facto do autor admitir que tais explicações correspondem apenas a um modelo teórico, atendendo a que os dados arqueológicos apenas sugerem que «... o processo de diferenciação social em curso durante o Bronze Final, no Noroeste, deveria ser pouco significativo...», e por reconhecer que imediatamente antes da conquista romana a região parecia acusar «... arreigados sentimentos comunitários, de feição arcaizante...» (ibidem: 92).

J. Alarcão (1992) ao expôr algumas ideias sobre a primeira etapa da «cultura castreja» que inclui o Bronze Final, defende uma organização sociopolítica caracterizada por sociedades hierarquizadas onde os chefs al芈carizam o seu poder, não na posse e competição pela terra, mas na capacidade de organizar a produção, a circulação e a manutenção de redes de troca de artefactos de bronze (ibidem: 47). Sendo esta posição já conhecida, a tônica está na explicação monocausal adoptada e numa certa aplicação de conceitos de influência marxista na descrição da organização social, ao preconizar que a especialização de algumas funções poderia ter levado a uma «divisão social do trabalho», onde a par dos chefes existiram «metalurigistas», «comerciantes» e, eventualmente oleiros para manufatura de louça fina (ibidem: 48).

A. C. Silva et al (1993) consideram que durante o Bronze Final se verificaram importantes transformações económicas, como a generalização do sistema agro-silvo-pastoral, a exploração e fabrico de objectos de bronze e ouro e existência de um modelo de povoamento hierarquizado, onde os povoados de altura, fortificados, controladores das bacias fluviais, da exploração e circulação dos recursos minerais e da terra, se associavam a «chefaturas militares». Embora coetâneo desses, os povoados abertos neste período encontravam-se já em declínio.

Para M. Calado (1993) apenas no Bronze Final se verificam grandes alterações de foro político, social e ideológico. Em termos sociais dá-se um aumento da complexificação e hierarquização social, onde elites guerreiras, eventualmente hereditárias, mantiveram o poder com base em suportes religiosos. As estátuas-menires deste período, ou já da Idade do Ferro, representavam estas personagens importantes, como repositórios de memória a preservar. As elites caberiam decisões de foro político, militar, religioso, assim como o controlo dos excedentes de produção, dos recursos minerais e do «comércio» (ibidem: 336-337). Esta interpretação do regime arqueológico passa pela existência de um novo sistema de povoamento hierarquizado e especializado onde não faltariam os povoados centrais, localizados em altura e os abertos, com profusão de fossas de armazenagem e ligados às actividades agro-pastoris (ibidem: 350). Para o autor o sistema económico não parece sofrer grandes alterações desde os inícios da Idade do Bronze, mas aceita a concepção da «Revolução dos Produtos Secundários» que, emergindo no Calcolítico, se desenvolveria com o uso do carro e do arado de forma mais sistemática no Bronze Final, provocando assim excedentes de produção e uma consequente especialização do trabalho (ibidem: 345).

Este autor repete de forma um pouco acritica os modelos anteriores, distinguindo-se, contudo pela explicação das mutações segundo uma perspectiva neodifusionista, com recurso a movimentos populacionais (reposição da ideia de migrações dos povos dos «Campos de Umas») e a intensos contactos com áreas atlânticas e mediterrânicas.

A explosão de sínteses sobre a Idade do Bronze, baseadas num fundo teórico similar e com recurso a dados já publicados, conduziram a uma tendência uniformizadora do discurso arqueológico para este período, sobretudo para os finais da Idade do Bronze, como acentuou S. Jorge (1995) ao discutir a «operacionalidaded de actual investigación arqueológica portuguesa». Com pequenas nuances repete-se uma pré-história cujos principais intervenientes são «elites», «vârizes» «chefes», «vasaíos» e senhores de «chefados», que comandam a partir dos seus «povoados centrais» uma «sociedade hierarquizada» afirmando-se socialmente pela ostentação de ídolos exóticos (armas, jóias, etc.) o que nos parece, em última análise, o resultado de uma importação acritica de modelos forâneos, principalmente do de chefeado.

Como acentua T. Hjorungnedal (1995: 24) este modelo foi construído com base em estereotipos masculinos, como a pressuposição de que as relações entre homem/mulher eram assimétricas e de que os artefactos pertenciam a géneros concretos. Assim, as armas, os objectos do domínio público ou associados a eventos da esfera social, seriam masculinos, enquanto que os achados da esfera doméstica, privada e invisível,
pertenceriam a elementos femininos. Temos pois a sensação de que a Idade do Bronze peninsular se encontrava «submetida» a um tipo de narrativa masculina\textsuperscript{14}, elaborada por uma elite académica, com meios institucionais capazes de rapidamente divulgar e afirmarem as suas ideias no contexto científico europeu. A visão masculina que parece dominar a arqueologia do Noroeste, deve-se, quanto a nós, ao facto de só muito recentemente as mulheres se dedicarem à investigação e à falta de interesse destas por questões epistemológicas ligadas a problemas feministas\textsuperscript{15}.

É notória a especial atenção que a maioria dos autores dá ao conflito de interesses entre diferentes grupos sociais, gerado no desenvolvimento económico assimétrico, particularmente no Bronze Final, assim como aos mecanismos de ostenção e legitimação do poder, na explicação tanto dos padrões de povoamento, como no intercâmbio, numa perspectiva influenciada pelo materialismo histórico.

Os desajustamentos gerados na relação entre o crescimento populacional e os recursos aproveitáveis segundo tecnologias diversas, advogados pela arqueologia processual funcionalista, também são pontualmente invocados na explicação de fenômenos de mudança. Começa no entanto, a transparecer em algumas destas abordagens, um interesse pelos aspectos rituais e simbólicos das sociedades, numa perspectiva processual cognitiva e pela forma como as diferentes práticas sociais/rituais se inserem em mecanismos de legitimação do poder, numa abordagem próxima do neo-marxismo.

A importação, por vezes de modo um pouco acrítica, de modelos que, quando aplicados à arqueologia do Norte de Portugal, levou a interpretações, quixada das fazendas dos dados arqueológicos que pretensamente as sustentavam, decorre, segundo cremos, essencialmente da exiguidade de trabalhos teóricos na arqueologia portuguesa e do divórcio quase completo entre a Arqueologia e a Antropologia desta região.

2. A IDADE DO BRONZE DO NORTE DE PORTUGAL: ALGUMAS QUESTÕES

Feita uma síntese crítica dos conhecimentos relativos à Idade do Bronze, onde referimos as diferentes posições teóricas assumidas até aos meados dos anos 90, pareceu-nos oportuno questionar algumas premisas orientadoras de diversos trabalhos e retomar algumas discussões, ainda em aberto.

2.1. Periodização e taxonomia

— Uma questão pertinente é a da validade de uma divisão tripartida para a Idade do Bronze do Norte de Portugal, ainda largamente aceite. Desde a sua adopção por J. Hatt (1958; 1961)\textsuperscript{16}, para a Idade do Bronze francesa foi importada para o Noroeste Peninsular, embora por vezes matizada com outras terminologias ou cronologias.

Uma exposição exaustiva dos variadíssimos esquemas cronológicos propostos para este período, bem como dos critérios que os corporizaram, seria demasiado fastidioso pelo que optámos por uma apresentação esquemática, em tabela anexa.

Nesta tabela verifica-se que a maioria dos investigadores têm dado grande relevância aos artefatos metálicos, em cobre, bronze ou ouro. Os artefatos não representam mais do que um fenómeno de exceção, na panóplia de artefatos das comunidades que habitaram o Norte de Portugal, durante o que se convencionou designar por Idade do Bronze. O seu número, por muito impresivo que seja, é sempre escasso para o cerca de dois mil anos em que ela decorre e para uma área geográfica tão vasta. Destacamos ainda que a maioria dos achados metálicos usados como iniciadores cronológicos foram encontrados descontextualizados\textsuperscript{17}, pelo que a sua datação se efectuou com base em paralelos com outras regiões europeias, onde por sua vez, alguns destes objectos, também não se encontravam bem contextualizados cronologicamente e culturalmente.

Ainda em desfavor deste critério, lermbramos que dado o peculiar carácter ritual ou de exceção que se lhe atribui, muitos destes artefatos tiveram uma longa pervivência, pelo que não poderão ser olhados como fósseis diretores. É com certo espanto que vemos A. C. Silva et al. (1993: 265) defenderem que os «...machados de talão são o produto mais característico do Bronze Final Atlântico do foco metalúrgico do Noroeste peninsular, de que justamente são considerados seu fóssil diretor».

Consideramos também importantes outras duas questões: a primeira, é de que a mudança tecnológica nem sempre atinge o todo social, pois os mecanismos de adaptação das novidades processam-se de modo complexo, vertical e com temporalidades e significados distintos, dependentes de quem as adquire, mesmo dentro de uma região; a segunda relaciona-se com o facto de que a inovação tecnológica não implica necessariamente mutações estruturais ao nível socio-económico e cultural.

As periodizações gerias são pois difíceis de estabelecer e de manter e mesmo que queiramos adoptar qualquer uma delas por comodidade científica, como signo dicursivo mais facilmente inteligível ou como meio coerente de evitar uma discussão assaz incômoda, não podemos alhearmos-nos do seu carácter apenas classificativo, arruramado, e simultaneamente redutor.

Tendo em atenção as questões levantadas, conclui-se que a divisão tripartida da Idade do Bronze peninsular e em particular do Norte de Portugal, resulta de uma tradição histórica de fazer arqueologia, baseada no paradigma epistemológico de carácter evolucionista que, esquecendo frequentemente assimetrias de desenvolvi-
to, parte de uma homogeneidade material e cultural para cada fase cronológico-cultural estabelecida. Mesmo tendo consciência desses factos não é fácil libertarmo-nos do peso institucional que representam. A este propósito gostaríamos de referir A.C. Silva et al. (1993: 241) que numa síntese sobre esta área admite a escassez de dados para efectuar uma sequência cultural consistente para este período, mas acaba por utilizar a divisão tripartida de inspiração francesa proposta por Hatt, subdividindo a última etapa, o Bronze Final, em duas fases, seguindo as propostas de S. Jorge (1990).

Admitimos que não dispomos de resposta para muitas das questões aqui levantadas, nem de dados arqueológicos para criar etapas de desenvolvimento dentro do período que se convencionou chamar de Idade do Bronze do Norte de Portugal. Como já defendemos em trabalhos anteriores (BETTENCOURT 1995a; 1995b; 1996), não nos parece operativa a adoção da terminologia de Bronze Inicial, Médio e Final, por considerarmos que o registo arqueológico para este período, sendo escasso e pontual, não permite, mesmo na macro-escala, generalizações minimamente úteis.

Como alternativa, alguns autores procuraram uma nova definição de etapas culturais, baseada em critérios de ordem social, económica, ideológica e ritual (MARTINS 1990; JORGE 1984c, 1990).

No entanto, a consciência de que esses processos se desenvolvem de diferentes temporalidades irá permitir, percebemos, um enriquecimento nas abordagens e faseamentos deste período. Dependendo da perspetiva que cada autor assumir como mais adequada na abordagem das problemáticas já enunciadas (fenómenos de territorialização ou de intensificação económica, de artefactos intercambiados, de organização social, entre outras), ou de questionamentos novos, surgirão por certo vias interpretativas diferentes. É precisamente nesta permissa, a da legitimidade de que cada investigador poder criar, de forma metodologicamente sustentada, abordagens alternativas, que se alicerçará uma Pré-História parcialista.

2.2. Povoamento, economia e organização social

Bronze Inicial


Em relação ao contexto tumular tomamos como exemplo a mamoa 1 da Chã do Carvalhã (Baião) onde apareceram os três tipos de estilos, num monumento aparentemente com ocupação sincrónica (CRUZ 1992). Em contextos domésticos caracteristicamente Calcolíticos, a cerâmica campaniforme já está presente. Deteta-se no povoado da Pastoria (Chaves) e no Cruzo de Palheiros (Marães), este último integrando uma grande quantidade de recipientes de tipo marítimo e de Palmeira/Ciempozuelos em simultâneo, inseridas na 2ª metade do III milénio AC (SANCHES 1997).

Por outro lado, a cerâmica campaniforme (nos seus vários estilos, variantes e «imitações») parece assumir diferentes significados relativos ao contexto específico em que é utilizada. Assim, se entendemos estas cerâmicas como ídolos de valor, elas poderão ocorrer em comunidades com diferentes níveis socio-económicos, tecnológicos e culturais, que a poderão ter «assimilado» em diferentes cronologias e respondendo a distintas polissemias (SANCHES 1995b). Trata-se assim de objectos relativamente raros cujo valor social, ao necessitar de particular investigação, desautoriza, por ora, a sua utilização como elemento de datação.

A metalurgia do cobre também não pode constituir indicador cronológico dos inícios da Idade do Bronze pois as técnicas primitivas de produção metalúrgica não deixaram restos num grande número de casos e uma metalurgia artesanal do cobre (e mesmo do ouro), encontra-se documentada, através de cadernos, alcarravazes, moldes e restos de cobre em vários povoados Calcolíticos do Norte de Portugal (SANCHES 1997:16).

Este autor encontrou níveis com cerâmica campaniforme no povoado da A Lagoa, em contextos de 3000/3100 BP e 3140 ± 70 BP, bem como níveis de 3900±70 BP e 3900±70BP.

Esta investigadora detectou no abrigo/armação do Buraco da Pala, Miranda do Douro, «imitações» de formas e decorações campaniformes dos «estilos» marítimo e Ciempozuelos, em contextos do 2º quartel do III milénio AC (entre 2800 e 2500). Tendo tal facto em consideração parece possível admitir que o campaniforme Ciempozuelos remonte, pelo menos, a este momento cronológico.

Detalhemos como exemplos os povoados da Vinha da Saiboa, Pastoria II e S. Lourenço, todas da região de Chaves, o Cruzo de Palheiros II, Marães e o abrigo do Buraco da Pala, Miranda do Douro. Em reforço da hipótese da impossibilidade de utilizar artefactos de cobre como indicadores cronológicos referimos aqui as análises, por fluorescência de raio X, em 17 objectos de cobre (panços, varetas, cunhãs, multifiliados, punhais), a partir de cadernos, provenientes de vários povoados da Subressa Norte, inseridos por radiocarbono entre e, de 3000 e 1800 AC, o que permite demonstrar um grande homogeneização tecnológica e formal de todas as peças (DELIBES ET AL 1996).

Também os conteúdos de arroio —que variam entre 0,94% e 5%—, representam, tal como outros contextos peninsulares semelhantes, uma nova fase de regularidade, sendo esta característica utílizável à composição polimérica dos minerais. É de acentuar ainda que alguns destes povoados se poderiam inserir cronologicamente já no Bronze Inicial.
— Todos os povoados atribuídos ao Bronze Inicial com estruturas pereneíveis e localizados em zonas sem defesas naturais representariam um tipo de economia não sedentária, provavelmente associada ao desenvolvimento de práticas de rotação agrícola, entre cereais e leguminosas, e à inexistência de técnicas de estrumagem adequadas às necessidades (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al. 1994: 152-154). Esta hipótese foi importada directamente de modelos explicativos dos contextos cronologicamente semelhantes do Sul de Inglaterra, pelo que a sua transposição para o Noroeste é perigosa, e, de certo modo, parece esquecer as tradições culturais e económicas vigentes na região, em períodos anteriores. Mas é em relação à caracterização da organização agrícola que colocamos um maior número de reservas. Se numa perspectiva de desenvolvimento assimétrico, a inexistência de uma agricultura rotativa se pode considerar para algumas zonas do Norte de Portugal, não podemos generalizar este padrão a toda uma região marcada pela acentuada compartimentação ecológica.

Os dados de que dispomos para o Calcolítico Final e inícios da Idade do Bronze do Norte de Portugal indicam já o conhecimento de uma policultura. Se a ausência da fava ou de outras leguminosas é tomada como argumento circunstancial da inexistência de uma agricultura bem implantada, haverá que lembrar que a articulação entre cereais e várias leguminosas é peremptoriamente documentada no armazém/celeiro do Buraco da Pala (Mirandela). Ali tanto o volume de armazenamento do trigo, da cevada, da fava, e mesmo da bolota, iridicam, não só, um eficaz conhecimento das técnicas de cultivo na 1ª metade do III milénio AC, como traduzem uma planificação económica, baseada na agricultura, na criação de gado e na recoleção (SANCHO et alii 1993; SANCHE 1998). Em favor desta argumentação, no mesmo âmbito da zona central de Trás-os-Montes, o Crasto de Falheiros II (datação da 2ª metade do III milénio AC) (SANCHE 1996b) mostra também uma valorização da economia agro-pastoril, que associa cereais, fava, ervilha, bolota, Brassicas, com a criação de ovídeos ou caçódeos e de bois. Fava e Brassicas foram igualmente conhecidas na 1ª metade do II milénio AC num povoado de zona litoral, o povoado da Sola (Braga), onde há evidências palinológicas de uma agricultura cereifera. Por outro lado, parece-nos que a sedentarização e/ou intensificação económica não pode ser inferida pela presença ou ausência de fava, bois, ou povoados com estruturas pétreas, mas sim pela configuração específica entre vários documentos arqueológicos que, em áreas geográficas e períodos concretos, se associam por forma a definir um quadro de apropriação/marcação-circunscrição/territorial, habitualmente decorrente de investimentos sociais de longa duração. Já começa a ser habitual a afirmação de que importarão menos o que é produzido do que as condições e «modos de produção». Se nos centrarmos no nox dos «relações de produção», então, como arqueólogos, teremos de construir uma abordagem relacional que articule os sítios domésticos e rituais, as paisagens, as construções arquitecnicas (na sua complexidade, dimensão e localização topográfica) e o conjunto de todas as atividades visíveis numa ou mais imagens de vivências sociais, económicas e políticas (SANCHE 1997).

Ainda que com documentos provenientes de zonas ecológicas distintas, pelo menos nalgumas regiões, e, provavelmente em graus distintos, parece notar-se uma paulatina intensificação económica de base agro-pastoril. Assim, o modelo proposto por aqueles autores deverá ser visto em função de cada contexto específico.

— Os túmulos com espólio exórico (metalico ou cerâmico-campaniforme) e os depósitos em ouro, são explicados pela existência de uma sociedade com elites masculinas (Jorge 1988c) inseridas em mecanismos de intercâmbios com outras elites da chamada atlântica, através dos quais circulariam objetos, conhecimentos e informações (Jorge 1988, 1990; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993:12; FABREGAS VALCARCE et al. 1994: 152-154). As questões relacionadas com a estrutura social foram solucionadas tentando ajustar ao Noroeste e ao Norte de Portugal um modelo importado, de carácter masculino, baseando-se em escassíssimas tumulações cuja integração cronológica e cultural permanece hoje em discussão. Cabe referir também que só após a correlação com outros documentos arqueológicos oriundos de contextos diversos, será possível percecionar o significado social e o género específico dos inumados atendendo a ausência sistemática de ossadas no Norte de Portugal.

Bronze Médio


Em relação à prensa escassez de povoados e de túmulos, partilhamos a opinião destes últimos autores, mas gostaríamos de acentuar que tal facto depende mais do foro metodológico do que do arqueológico. Parece estar ainda implícita a ideia de que o registo arqueográfico deste período deveria ser substancialmente diferente do do Bronze Final, para o qual se possuem algumas tabelas de formas cerâmicas bem contextualizadas e datadas por radiocarbono. Provavelmente, por este motivo, todas as cerâmicas manuais, predominantemente lisas e de pasta arenosa, encontradas em prospecções arqueológicas, em contexto de possíveis povoacions, têm sido imediatamente atribuídas aos finais da Idade do Bronze. Com base em novas investigações (BETTENCOURT 1991/1992; JORGE 1993: 188; MURALHA 1996:41-65; BOTHELHO
1996: 60-65 e est. 76-79)19 verificou-se que as características genéricas da olaria parecem ter sobrevivido desde o II até aos inícios do I milénio AC, existindo, todavia, nuances que só o estudo de conjuntos representativos de cerâmicas poderão determinar. Deste modo, a análise de espólio recolhido em prospecções não nos parece determinante para atribuir, por comparação, determinado povoado aos finais da Idade do Bronze (BETTENCOURT 1593/94: 253). Põe-se assim a questão de sabermos até que ponto muitos dos povoados atribuídos ao Bronze Final do Norte de Portugal (mais de duas dezenas), correspondem a facto a este período e não a fases anteriores. Na mesma ordem de ideias, cabe igualmente perguntar se muitos povoados com cerâmicas de tipo «Cogeces-Cogotas I» identificados no Norte de Portugal (JORGE 1988b: 71; 1993; MARTINS 1985; LEMOS 1993: 172; 1996: 147) não poderão incluir-se neste período, como defendemos recentemente (BETTENCOURT 1995a).

Uma possível resposta a esta questão passará certamente por projectos de investigação sistemática que privilegiem a utilização de métodos diversos de prospecção intensiva em áreas aparentemente vazias de povoamento, assim como de escavação de estações entretanto identificadas. Quanto ao problema do suposto desconhecimento de uma agricultura rotativa com recurso às leguminosas e que foi referido a propósito do Bronze Inicial, aplica-se a esta fase e desaconselha a generalização desta ideia.

Bronze Final


19 As três últimas obras referem-se a estudos sobre as cerâmicas de Castelo Velho.
perecíveis seriam «menos nobres» se localizadas em locais de menor visibilidade. Tal como S. Jorge (1996: 205) pensamos que a associação entre invisibilidade e mobilidade social não deverá ser tão linear, nem que se deva pensar em termos da equação – ocupação permanente de um local = a exploração de um território de forma organizada e permanente. Ainda subscrevendo aquela autora defendemos que «The ‘permanent’ occupation of a given territory cannot be checked by the durability of some domestic structures only, or their continuous use. It is verified by the correlation of several variables, such as economic intensification and specialization» (ibidem: 205). Cabe assim questionar a leitura puramente funcionalista e economicista para locais, que desempenharam na paisagem onde se inserem, um papel certamente polissêmico, que só poderá ser apreendido através de estudos que contemplam múltiplas variáveis.


2.3. Questões de âmbito ritual e simbólico: as gravuras rupestres «galáctico-portuguesas» e as expressões funerárias da Idade do Bronze

Gravuras rupestres «galáctico-portuguesas» ou arte do Noroeste peninsular

Aspeto de capital importância no estudo do povoamento da Idade do Bronze e do Noroeste, é a inserção cronológica-cultural de arte rupestre desta região peninsular, que é aquela que tem sido sistematicamente associada ao período que estamos a tratar.

O estudo destas manifestações, frequentes na orla mais litoral do Noroeste Peninsular, tem vindo a ser efectuado, até datas muito recentes, quase sempre em termos de inventariação cartográfica, de descrição técnica e temática e de estudos de «estratigrafia», para determinação de fases evolutivas. Só a partir de meados dos anos 90, se tem encetado trabalhos que procuram relacionar esta forma de expresión com outros tipos de manifestações arqueológicas e com topografias e ecosistemas específicas, na tentativa de compreender o(s) seu(s) significado(s) no âmbito das comunidades em que se inserem. Contudo, os resultados, fundamentalmente prospectivos, dizem respeito a algumas áreas da Galiza.


Para tal atendem a diversidade de motivos, à comparação destes com outras representações gráficas (rupestres ou megalíticas), ou com artefactos exumados em contextos arqueológicos diversos. Outros investigadores admitem uma cronologia mais curta, localizada simplesmente nos finais do Calcolítico, inícios da Idade do Bronze (PEÑA SANTOS et al 1993; COSTAS GOBERNA et al 1993; PEÑA SANTOS et ali 199630), ou eventualmente no Bronze Antigo (BAPTISTA 1995). Os autores que optaram por esta cronologia, em particular A. Peña Santos et al (1993) e A. Peña Santos et ali (1996), fizeram-no ao longo destes critérios: o tipo de armas representadas nas gravuras (alabardas, punhais e espadas curtas); a presença de ídolos-cilíndricos; a existência de povoados deste período nas proximidades das gravuras e ainda na semelhança formal e/ou estilística com alguns motivos geométricos e/ou fragmentos existentes nos monumentos megalíticos. 

29 Apesar deste artigo ter sido publicado em 1995 ele corresponde a uma comunicação proferida em 1993, no âmbito do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia.
30 Estes autores admitem, no entanto, que as covilhas possam ter uma cronologia mais tarda.
Ainda a propósito da cronologia cabe destacar, as posses de R. Bradley (1994) e de R. Bradley et alií (1998) de que muitos lugares com arte rupestre, devido ao seu caráter aberto (exposição, em diferentes graus na paisagem) e durável (dificuldades de remoção) estão flagrantemente sujeitos a «reutilizações» e «reinterpretações» ao longo do tempo, ou seja à incorporação em cosmogonias ou universos conceituais de comunidades assim diferentes. Subjaz à ideia anterior o facto de muitos rochedos com arte se terem originado em pontos nodais do território, locais já carregados de memória, que marcam a sua inferência ou percursos estruturantes das paisagens. A presença de outras marcas ou dezenas mais recentes em rochas anteriormente gravadas (covicins, pregas peaseiras) ou cruzes medievais, por exemplo, indicaria uma recepção de lugares antigos por novas populações, conceptualmente diferentes.

Se numas situações este facto decorre do puro acaso, noutras parece indicar que os mesmos tipos de recursos naturais (pastagens, terra arável e mesmo vias de passagem de diversa índole), podem ter tido papel similar no padrão de ocupação do território, ou no estabelecimento de direitos territoriais, em diversas épocas. Certos lugares ou percursos seriam assim objecto de marcação física em períodos pré-históricos e históricos distintos (BRADLEY et alií; 1998).

Em Portugal, na província do Minho, tê-se feito levantamentos pontuais, na sua maioria não publicados na íntegra. Nos trabalhos que efectuou, A. M. Baptista (1986) tem posto a tónica na análise eródica das gravuras, isto é, na procura de uma relação específica entre os diferentes tipos de motivos e técnicas de gravação e a posição que aqueles ocupam na superfície da rocha, por forma a discernir composições primárias (em princípio programadas como uma unidade gráfica e simbólica), de adições posteriores. Destacamos que foi este tipo de abordagem estruturalista, que lhe permitiu distinguir, ainda que grosseiramente, como ele próprio admite (BAPTISTA 1995), dois grupos de arte o Norte de Portugal: o grupo I, de distribuição mais litoral (que corresponderia à arte normalmente associada à fachada atlântica) e o grupo II, com maior incidência no interior, em particular em Trás-os-Montes. Nesta última região, surgem manifestações artísticas compositivas e estilisticamente menos standardizadas, que utilizam diversas técnicas de gravação. Em termos metodológicos, é de realçar o facto de em Trás-os-Montes, alguns locais contiguos a arte de várias épocas, terem sido sujeitos a escavação, a que foi aliada, noutros, a a prospecção intensiva e sistemática. Os resultados obtidos tanto na serra de Passos/Sé Comba (Mirandela), como nas Fragas da Lapa (Miranda do Douro) (SANCHES 1997), são ainda limitados, pois a investigação de campo é sempre morosa e muito dispersa. No entanto, são já suficientemente elucidativos da necessidade de se continuar a proceder a trabalhos arqueológicos rigorosos, sob pera de os resultados nunca se poderem vir a aproximar das questões fulcrais que repetidamente enunciamos.

Recentemente, na Galiza, embora não isenta de preocupações cronológicas, o eixo da problemática das gravuras esquemáticas do Noroeste deslocou-se também para estudos aprofundados no xamanismo (PEÑA SANTOS et alií 1996) e na Arqueologia da Paisagem (PEÑA SANTOS et alií 1993; BRADLEY et alií 1994a; 1994b).

As premissas que nortearam a investigação de R. Bradley et alií (1994a; 1994b) assentam em alguns princípios da Antropologia, que tem vindo a ser expostos desde os inícios da década de noventa (BRADLEY 1991; 1994) e que sintetizaremos de seguida. A arte pode ser assim vista como um meio de apropiação conceptual do «mundo selvagem», tanto em sociedades de caçadores-recolhedores (mais próximas da natureza), como em comunidades produtoras (mais próximas da cultura), porque transformadoras. Em ambos estes «tipos genéricos» de sociedades, a realização de arte rupestre, em certos lugares, não implica normalmente, alterações físicas substanciais nesses locais, ou seja não se transformam em «monumentos» ou construções arquitetônicas propriamente ditas, mas destaca-os em maior ou menor grau do mundo selvagem, por meio da criação de marcos culturais em afloramentos naturais (BRADLEY 1994). As rochas gravadas, articuladas ou não com monumentos, estariam no cerne da criação de uma ou mais redes de locais significantes para as comunidades em questão. Uma das funções destes lugares figuraria-se na apropição territorial, evidenciada de modo explícito, através do estabelecimento de direitos de uso de ecossistemas variados no contexto de grupos com economias parcial ou totalmente móveis (BRADLEY et alií 1994b). Os locais com arte marcam assim, áreas, percursos ou zonas com recursos específicos no território, materializando, deste modo, mensagens codificadas, reconhecidas por indivíduos ou populações que poderiam não se encontrar fisicamente.

Foi aplicando este pressuposto ao estudo de alguns conjuntos rupestres galegos que R. Bradley et alií (1994a; 1994b) concluíram que os petróglifos, particularmente os que contêm motivos menos elaborados (covicins ou figuras geométricas simples), teriam sido usados, nalguns casos, para delimitar tanto as áreas ecologicamente mais produtivas (brañas ou bacias de montanha, húmidas e ricas em pastagem), como locais de trânsito entre ecossistemas diferentes, num processo de exploração territorial de tipo extensivo. Por vezes, como em Rianxo, as representações de cervídeos parecem indicar o percurso migratório daqueles animais (entre a costa e as terras altas do interior).

As rochas gravadas com armas (essencialmente alabardas e xadrez), minoritárias, localizam-se em pontos dominantes na paisagem com amplas panorâmicas (PEÑA SANTOS et alií 1993; BRADLEY et alií 1994a). Segundo R. Fábregas Valcarce e R. Bradley (1995) estes casos reforçaríam a ideia de que os artefactos metálicos (também presentes em depósitos, túmulos e poços) seriam socialmente importantes na transição do III para o II milénio AC. Mas o seu aparecimento diferenciado pressupõe a existência de normas, que regulamentariam a presença, a ausência ou a combinação de certos «tipos» metálicos, nos depósitos, nos túmulos e nas gravuras rupestres, factor a ter em conta no estudo da arte rupestre galega (BRADLEY et alií 1994b; FÁBREGAS VALCARCE et alií 1995).
Em suma o que gostaríamos de salientar é que apesar do estado embrionário das pesquisas no Norte de Portugal e na Galiza, ambos os tipos de abordagem (endótnica, xamânica, espacial) se apresentam como fundamentais e complementares, embora não descubramos o papel das escavações em áreas contíguas às rochas gravadas, como uma forma complementar e necessária de aceder a um mais completo entendimento do seu papel na Pré-História.

Também não parece de referir que no caso das análises de âmbito espacial, haverá que lembrar um princípio elementar: se queremos discernir até que ponto os rochedos gravados se constituíram como lugares estruturantes dos territórios conceptuais das populações pré-históricas, a definição dos territórios terá de se apoiar, simultaneamente, no estudo específico de todo o tipo de testemunhos deixados por essas comunidades.

Cremos também que as hipóteses avançadas por R. Bradley et alii (1994a; 1994b) para a Galiza seguem de muito perto as defendidas para a arte esquemática da Irlanda e Inglaterra (BRADLEY 1994; 1996), pelo que a sua aplicação ao Noroeste, se bem que extremamente útil e a ter em conta, não ultrapassou suficientemente o patamar da sugestão empírica.

Se naquela região muito há ainda a fazer, no Norte de Portugal, onde os estudos se encontram ainda em fase embrionária, torna-se absolutamente necessário que se procurem alicerçar e testar estes modelos forrados na base documental que eles próprios exigem.

**O fenómeno funerário**

Nas sínteses que abordam o fenómeno tumular durante a Idade do Bronze do Noroeste, é comum encontrarmos expressa a ideia de que o Bronze Inicial se caracterizará por grande abundância de tumulações e de que o Bronze Médio e Final se pautaria pela escassez ou inexistência de sepulcros.

A análise das ideias expressas em diferentes obras, permite-nos sintetizar os pressupostos em que assentam estas ilações.

— Em relação ao Bronze Inicial é um facto adquirido que as manifestações funerárias se caracterizam pela existência de um ritual de inumação individual; diversos tipos de sepulturas sem espólio, ou contendo objectos metálicos em ouro, prata e cobre (arsenical) ou simplesmente vasos cerâmicos. Os diversos tipos de tumulação identificados com esta fase são as cistas ou estruturas cistóides com ou sem tumulus (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1979, 1984a, 1984b; JORGE 1988c, 1990), os «cairns» (V. JORGE 1982, 1992; S. JORGE 1988c, 1990), alguns monumentos megalíticos e eventuais fossas (FABREGAS VALCARCE 1995:105-1064).

A unidade cronológica desta diversidade sepulcral seria conferida pelo espólio, principalmente pela presença de determinados objectos ou associações de objectos que têm vindo a ser encarados como verdadeiros «fósseis directores» deste período. Encontram-se neste caso os vasos de tipo «Tariao», objectos metálicos em cobre que se supunham arsénicales (punhais longos de lingueta), em ouro e prata (gargantilhas de tiras, espirais), associados à ausência de cerâmica campaniforme.

Tendo em atenção os dados de investigações recentes em que apenas alguns objectos, como as espirais de prata e alguns vasos tronco-cónicas foram datados pelo radiocarbono, acusando cronologias desde o III aos meados do II milénio AC (V. JORGE et alii 1988; S. JORGE 1983, 1985), a atribuição cronológica e cultural de muitos destes monumentos através das comparações tipológicas é de questionar.

A cronologia dos vasos de tipo «Tariao» é também muito discutível pois trabalhos recentes demonstram que esta forma cerâmica, extremamente simples e de pastas variadas, é comum desde a 1ª metade do II à 1ª metade do I milénio AC (BETTENCOURT 1996).

A presunção de que os punhais longos de lingueta eram tecnologicamente mais evoluídos do que os curtos, e portanto já dos inícios da Idade do Bronze, não pode continuar a sustentar-se face aos resultados das análises de composição química efectuadas em ambos os tipos de artefactos por B. Comendador Rey (1996), pois não se distinguem nem na composição, nem na tecnologia de fabrico.


Novas datas de radiocarbono obtidas para vasos de largo bordo horizontal, ampliando as balizas cronológicas destes recipientes para momentos entre o 2° quartel do II milênio e o 1° quartel do I milênio AC, permitem considerar que as várias expressões funerárias a eles associadas se dataram igualmente por todo este período (Bettencourt 1996).

É também de admitir que muitos sepulcros integrados no Bronze Inicial pela sua associação com vasos de tipo "Tirão" se possam enquadrar por todo o II e inícios do I milênio AC, como é o caso de uma estrutura cistóide detectada no interior do povoado da Santinha, Amares (Bettencourt 1995c; 1996).

É igualmente de repensar a cronologia atribuída à necrópole do Tapado da Caldeira, atentando a que a recalibração das datas obtidas se incluem em meados do II milênio AC, o que aliás não é discordante com o espólio aí encontrado.

No momento actual dos conhecimentos parece-nos pois lógico admitir um mundo sepulcral extremamente heterogêneo, rico e complexo para toda a Idade do Bronze do Norte de Portugal. Este espectro contrasta com a visão de ausência tumular, que durante muitas décadas se defendeu para o Bronze Médio ou Final do Noroeste e, que, em determinado momento, pareceu mesmo constituir uma característica de união da fachada atlântica ocidental (Ruiz-Galvez Priego 1987: 252).

3. PARA TERMINAR

As questões aqui levantadas representam algumas das muitas que poderiam equacionar-se para um período tão vasto como é a Idade do Bronze e para um território tão alargado como é o Norte de Portugal. Centrámos o nosso interesse, na impossibilidade de respostas imediatas e únicas, mas na análise dos diferentes modelos ou hipóteses apresentadas; no questionamento das premissas que a comunidade científica tem seguido na construção da Idade do Bronze do Norte de Portugal, valorizando os aspectos teóricos e/ou metodológicos que nos parecem mais adequados à tarefa da investigação. Tudo isto com o objectivo muito concreto de que a reflexão sobre estas questões possam emergir novas linhas de investigação e novas interrogações sobre a Idade do Bronze desta região.

---

2 Segundo este autor teriam aparecido enterramentos acompanhados de espólio cerâmico no Penedo do Uso, Ponte de Lima.

---

38
BIBLIOGRAFIA


